

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (CRADS) – HORTA, 23 DE OUTUBRO DE 2018**

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório Luís da Rocha Monteiro, na cidade da Horta, ilha do Faial, reuniu o Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, abreviadamente designado por CRADS, em sessão ordinária, de acordo com o artigo 47º do Decreto Legislativo Regional nº 19/2010/A, de 25 de maio, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Tomada de posse de membros do CRADS;
- 2 – Aprovação da ata da reunião do CRADS de 12 de abril de 2018;
- 3 – Apresentação da proposta de Plano Regional de Investimentos para 2019, nas áreas do Ambiente e Energia;
- 4 – Apresentação do relatório referente à produção e gestão de resíduos urbanos de 2017;
- 5 – Apreciação da proposta de relatório de avaliação intercalar do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA);
- 6 – Apresentação dos projetos LIFE IP AZORES NATURA – Proteção Ativa e Gestão Integrada da Rede Natura 2000 nos Açores, e LIFE VIDALIA – Valorização e Inovação Dirigidos à Azorina e ao Lotus nas Ilhas Açorianas;
- 7 – Atualização da informação relativa ao processo de análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para a melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do concelho da Praia da Vitória, na ilha Terceira;
- 8 – Apresentação e análise do Relatório Anual do Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2017;
- 9 – Informação sobre estado dos processos de alteração do Plano Regional da Água (PRA) e dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), bem como dos processos de elaboração dos Plano de Gestão dos Parques Naturais de Ilha, dos Planos de Ação das Reservas da Biosfera e do Plano de Ação para a Conservação da Reserva Natural da Lagoa do Fogo;
- 10 – Apresentação dos prémios “Espírito Verde”;
- 11 – Outros assuntos.

Eram precisamente nove horas e trinta minutos, quando a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Guerreiro, deu início à reunião do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS),

Seguiu-se a verificação das presenças, conforme consta da listagem em anexo à presente ata.

Verificado o quórum, nos termos do nº 4 do artigo 48º do Decreto Legislativo Regional 19/2010/A, de 25 de maio, a Presidente deu conta dos conselheiros que justificaram a sua ausência à reunião, concretamente: Maria José Morais, representante das escolas com programas de educação ambiental; José Miguel Toste, representante da Secretaria Regional da Educação; Paulo Rafael da Silva, representante da Autoridade Marítima; José Virgílio Cruz, representante da Universidade dos Açores; Daniela Costa, representante da Federação das Pescas dos Açores; João Bettencourt, representante da Associação de Consumidores da Região Açores (ACRA); Rui Coutinho, representante da Quercus; e Décio Santos, representante da Associação Juvenil da Ilha Terceira (AJITER).

De seguida, a Secretária Regional da Energia Ambiente e Turismo, agradeceu a presença dos conselheiros e convidou os presentes para um almoço no final dos trabalhos, por volta das 13 horas.

Precedendo a entrada na agenda da reunião, a Presidente informou o Conselho que, em função dos assuntos em apreciação, participam nos trabalhos, sem direito a voto, e de acordo com o nº 3 do artigo 41º do Decreto Legislativo Regional nº 19/2010/A, de 25 de maio, o Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge, a Presidente do Conselho de Administração da AZORINA, S.A., Andrea Porteiro, o Inspetor Regional do Ambiente, Francisco Medeiros, o Adjunto do Gabinete da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Rui Monteiro, a Diretora de Serviços de Qualidade Ambiente, Sónia Santos, e a Chefe de Divisão de Resíduos, Dália Leal.

De seguida, entrou-se na apreciação da ordem de trabalhos:

PONTO UM - TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CRADS.

Foi lido o termo de posse ao agora conselheiro Luís Carlos Maciel, representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA) e promovida a respetiva assinatura pela Presidente do CRADS e pelo empossado.

PONTO DOIS - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DO CRADS DE 12 DE ABRIL DE 2018

Neste ponto e considerando que a ata da última reunião fora previamente enviada a todos os conselheiros, através de correio eletrónico, e disponibilizada no sítio na Internet do CRADS, foi

proposto pela Presidente que fosse dispensada a respetiva leitura, o que mereceu a aprovação unânime do Conselho.

Colocado o conteúdo da ata à consideração do Conselho, não foi manifestada qualquer objeção ou apresentada qualquer proposta de alteração à sua redação.

Submetida à votação, a ata da reunião do CRADS de 12 de abril de 2018 foi aprovada por unanimidade.

PONTO TRÊS – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO REGIONAL DE INVESTIMENTOS PARA 2019, NAS ÁREAS DO AMBIENTE E ENERGIA.

A Presidente do Conselho Regional introduziu este ponto da agenda informando que compete ao CRADS a apreciação das linhas gerais de ação da administração regional autónoma nos domínios da respetiva competência.

Neste contexto, a Secretária Regional fez uma comunicação abordando os principais investimentos contemplados na proposta de Plano de Investimentos para 2019, nas áreas do Ambiente e Energia, Programa 11.

A proposta de Plano de Investimentos para 2019 afeta, através do Programa 11, uma dotação global de 24,2 M€ às áreas do Ambiente e Energia, concretamente 21,8 M€ para o Ambiente e 2,4 M€ para a Energia. Estes valores representam mais 9,5% do que a dotação do Plano de Investimentos de 2018, de cerca de 22,1 M€.

No Projeto 11.1 – Qualidade Ambiental, destacou:

- A modernização e alargamento da rede de monitorização da qualidade do ar, que inclui a instalação de duas novas estações (uma estação urbana de monitorização da qualidade do ar em Angra do Heroísmo e uma estação de medição de aerossóis na Horta) e o desenvolvimento de uma plataforma para a disponibilização online dos dados de todas as estações;
- A continuação do processo de equipamento dos Centros de Processamento de Resíduos, com a aquisição de uma enfardadora de refugo para São Jorge e de um camiãõ com amplirroll para o Corvo;
- A continuação dos mecanismos de apoio às ONGA e do Programa Eco-freguesia;
- A continuação do programa de mobilidade elétrica dos serviços da DRA, com destaque para o corpo de Vigilantes da Natureza, com a aquisição de mais 3 viaturas elétricas em 2019 dando nota de que até ao momento, a DRA já adquiriu 8 viaturas elétricas e aguarda a entrega de outras 2 ainda este ano);

- A elaboração da plataforma destinada ao Licenciamento Único Ambiental;
- A conclusão do Sistema Integrado de Comunicações de Emergência dos Serviços de Ambiente (SICAMB), dotando a estrutura dirigente da DRA, os Vigilantes da Natureza e as equipas operativas dos recursos hídricos com rádios VHF portáteis.

No que diz respeito ao Projeto 11.2 – Conservação da Natureza, destacou

- A conclusão dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e dos Planos de Ação das Reservas da Biosfera;
- A continuação das ações de controlo de espécies de flora exótica invasora, bem como de recuperação de habitats prioritários, com destaque para instalação de um circuito interpretativo e a recuperação de zonas degradadas na Plataforma Costeira das Lajes do Pico;
- O incremento da dotação destinada aos apoios no âmbito do sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas;
- As intervenções de recuperação dos trilhos e arruamentos e de construção de infraestruturas de apoio aos visitantes na Fajã da Caldeira de Santos Cristo, em São Jorge;
- O financiamento das redes de Centros Ambientais e Ecotecas, bem como a renovação de equipamento e da exposição do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, no Faial;
- A conclusão da Casa dos Vulcões e da beneficiação e ampliação da Casa da Montanha, no Pico;
- A construção de novas instalações do Serviço de Ambiente e a instalação do Centro de Interpretação de Aves Selvagens do Corvo;
- A continuação dos cursos de Guias de Parques Naturais dos Açores, estando previstos realizar no primeiro trimestre de 2019 cursos em São Miguel, concretamente dois, um em Ponta Delgada e outro em Vila Franca do Campo, e ainda na Terceira, Pico e Faial. Nas ilhas do Pico e Faial serão, também, realizados cursos específicos de Guias da Montanha e de Guias da Caldeira, respetivamente;
- A requalificação dos percursos pedestres e miradouros da Serra de Santa Bárbara e o início da construção do centro de interpretação e apoio à visita do Monumento Natural do Algar do Carvão, na Terceira;
- A requalificação do miradouro e do trilho da Lagoa do Fogo e a instalação de um circuito interpretativo da Ponta da Ferraria, em São Miguel;
- O desenvolvimento dos projetos LIFE Vidalia e LIFE IP Azores Natura, que será apresentado mais à frente.

No Projeto 11.3 – Recursos Hídricos, destacou:

- A continuação dos investimentos na limpeza, manutenção, reperfilamento e renaturalização de linhas de água e na prevenção de riscos de inundações, em toda a Região;
- O desenvolvimento do programa de monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição;
- A alteração do Plano Regional da Água (PRA), abordada também mais à frente.

No Projeto 11.4 – Ordenamento do Território, destacou:

- A continuação dos processos de avaliação e alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, com destaque para processos em curso de São Jorge e Terceira e a iniciar em 2019 em São Miguel;
- O alargamento das zonas abrangidas por programas de monitorização de riscos, por via da implementação da 1ª fase do Azmonirisk;
- A conclusão da plataforma de informação cadastral e o início do processo de recolha de informação, com vista à elaboração de um sistema cadastral generalizado.

A apresentação relativa às ações do Plano de Investimentos na área da Energia foi efetuada com recurso a meios digitais, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluídas as apresentações, a Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho.

Abriu o debate o representante da associação Os Montanheiros, o conselheiro Paulo Barcelos, para se referir ao processo de instalação e manutenção dos postos de carregamento para viaturas elétricas, questionando se essa responsabilidade será diretamente da EDA ou das gasolneiras.

A Secretária Regional tomou a palavra esclarecendo que o Governo dos Açores considera importante assegurar a existência de postos de carregamento público, que devem ser destinados a uso em situações de urgência, mas que dão conforto a quem se desloca nas estradas, sejam residentes ou turistas

Para a governante, o desejável seria que os pontos de carregamento fossem disponibilizados por privados, mas não tendo havido interesse dos privados em avançarem foi decidido que seria a Região a promover estas infraestruturas, o que foi feito em dois momentos distintos. Primeiro e com base nas análises efetuadas e que tiveram em consideração os percursos médios nas

proximidades dos aglomerados urbanos e a garantia de, pelo menos, um por concelho, foi definida uma rede com 26 postos de carregamento público. Numa segunda fase haverá a instalação dos equipamentos, tratando-se de um investimento da Região, mas a exploração do ponto de carregamento será concessionada.

De seguida, tomou a palavra o conselheiro Diogo Caetano, representante da associação Amigos dos Açores, para abordar algumas ações que considerou de importantes no âmbito do Plano de Investimentos para 2019, designadamente os Planos Gestão dos Parques Naturais, os Planos de Ação das Reservas da Biosfera, as cartas de desporto na natureza, a alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e a alteração do Plano Regional da Água.

Prosseguindo, o conselheiro Diogo Caetano manifestou o seu agrado pelo reforço do corpo de Vigilantes da Natureza na Região e sugeriu que, relativamente às intervenções a realizar em áreas protegidas, como o miradouro e trilho da Lagoa do Fogo e o percurso interpretativo da Ponta da Ferraria, houvesse uma maior participação da população e das associações ambientais na fase de elaboração dos projetos, de forma a não serem confrontados com os projetos já definidos.

Na ocasião, o conselheiro Diogo Caetano questionou em que consistirá o licenciamento único ambiental e o sistema regional de informação geográfica para todos, e em que medida se prevê que o projeto do cadastro predial seja extensível a todas as ilhas, bem como se os projetos LIFE contemplam ações de controlo de espécies invasoras.

Por fim, o conselheiro Diogo Caetano destacou, ao nível da política energética, o despertar da Região para a mobilidade elétrica.

A Presidente do CRADS passou a palavra ao Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge, para o esclarecimento das questões colocadas, tendo este informado que o trabalho das cartas de desporto da natureza está bastante adiantando para as ilhas de São Miguel e Terceira, devendo as respetivas versões finais serem compatibilizadas com as opções dos Planos de Gestão dos respetivos Parques Naturais de Ilha, bem como que não foi ainda possível desencadear os processos relativos ao Faial, São Jorge e Pico por falta de capacidade técnica.

Relativamente ao licenciamento único ambiental, o Diretor Regional do Ambiente informou será desenvolvida uma plataforma informática que permita concentrar num único sítio todos os pedidos de autorização administrativa e de licenciamento na área ambiental, nas áreas de competência da Direção Regional do Ambiente, correspondendo à emissão de um único título abrangendo todas as autorizações e licenciamentos que estejam relacionados.

Quanto ao sistema de informação geográfica para todos, transmitiu que passa pela aquisição da infraestrutura e a criação de um novo portal de informação geográfica, em código livre, que permitirá congregar toda a informação geográfica e fazer uma melhor gestão da mesma, acompanhado de processos de formação e capacitação dos agentes da administração.

Por sua vez, quanto ao projeto do cadastro predial o Diretor Regional do Ambiente informou que o mesmo foi iniciado em 2017 com o objetivo de os Açores passarem a dispor, no mais curto espaço de tempo possível, de um sistema de informação cadastral integral, isto que que abranja todo o território e todo o tipo de propriedade. Acrescentou que será disponibilizada uma plataforma digital de informação cadastral para o uso do cidadão, permitindo a pesquisa de informação predial e o ponto de situação sobre processos cadastrais, bem como o carregamento da representação gráfica georreferenciada dos prédios, a partir de casa e através de qualquer equipamento informático. Paralelamente, e tendo em conta que nem todos os cidadãos têm a mesma facilidade no acesso às tecnologias de informação e comunicação, serão instalados gabinetes de apoio em todas as ilhas, os quais funcionarão junto dos Serviços de Ambiente.

O Diretor Regional do Ambiente informou, ainda, que os projetos LIFE têm uma grande componente de recuperação de habitats e espécies protegidas, incluindo ações de controlo de invasoras, para além da elaboração de uma estratégia regional de controlo de espécies exóticas e invasoras, financiada pelo LIFE IP Azores Natura.

Relativamente aos projetos a implementar no trilho e miradouro da Lagoa do Fogo e no Monumento Natural do Pico das Camarinhas e Ponta da Ferraria, o Diretor Regional informou que os mesmos estão em fase de desenvolvimento e que os respetivos anteprojetos serão partilhados com a população e as forças vivas, designadamente as organizações não governamentais de ambiente e os parceiros de animação ambiental e turística que operam nesses espaços, de forma a recolher sugestões a integrar no projeto final.

De seguida, foi dada a palavra à conselheira Ana Carvalho, representante da associação Gê-Questa, a qual enalteceu todo o trabalho que está sendo feito no setor da energia e questionou se no projeto de eletrificação da Caldeira de Santo Cristo, que prevê a utilização de energia da rede pública, chegou a ser considerada a hipótese da criação de uma central hidroelétrica na própria fajã, uma vez que o recurso água é abundante.

Em resposta, a presidente do Conselho, Marta Guerreiro, esclareceu que foi considerada essa hipótese bem como a eólica, considerando o compromisso de eletrificar com recurso a fontes de energia renováveis, mas acontece que os estudos revelaram que, para além dos custos mais elevados, haveria dificuldade em manter um sistema isolado apenas para aquela localidade,

pelo que foi decidido proceder à eletrificação da fajã da Caldeira de Santo Cristo recorrendo à utilização da rede elétrica da ilha, através de cabos subterrâneos e sem comprometer o enquadramento paisagístico.

De seguida pediu a palavra o conselheiro Rui Botelho, representante da SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, questionando sobre a previsão de conclusão do plano de gestão do Parque Natural de São Miguel, dado tratar-se de um compromisso assumido no âmbito do LIFE Terras do Priolo, com conclusão em junho de 2019.

A Presidente do CRADS deu a palavra ao Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge, que informou que os processos de elaboração dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e dos Planos de Ação das Reservas da Biosfera estão a decorrer com algum atraso relativamente ao planeamento definido, mas que foram dadas orientações à equipa técnica para ser dada prioridade ao processo de São Miguel tendo em conta os compromissos assumidos no âmbito do Projeto LIFE Terras do Priolo.

PONTO QUATRO – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO REFERENTE À PRODUÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DE 2017

A Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo introduziu este ponto da agenda, dando nota de que foi distribuído pelo CRADS o Relatório Síntese referente à produção e gestão de resíduos urbanos no ano de 2017, do qual destacou alguns aspetos.

Para a governante, a gestão eficaz dos resíduos é uma prioridade do Governo dos Açores e passa pelo envolvimento crescente dos açorianos, de forma a que seja consolidado um modelo de desenvolvimento assente na sustentabilidade.

Neste contexto, referiu que os Açores estão a implementar, com sucesso, uma estratégia baseada na prevenção e redução da produção de resíduos e que se reflete na evolução da produção de resíduos urbanos dos últimos anos, embora condicionada pelo aumento do turismo, acompanhada do incremento substancial da reciclagem e da valorização orgânica.

Os dados demonstram a evolução progressiva e significativa da Região em matéria de tratamento de resíduos urbanos, sobretudo, desde 2013, o que não se pode dissociar do facto de estar praticamente implementada uma moderna infraestrutura de gestão de resíduos urbanos que abrange todas as ilhas e cujas instalações e soluções tecnológicas, as já existentes e as que estão previstas, visam o aumento dos quantitativos de resíduos valorizados e o incremento significativo do desvio de resíduos de aterro, em termos que garantam o cumprimento dos objetivos estratégicos e das metas fixadas.

A Secretária Regional salientou que, em 2017, os Açores valorizaram, pela primeira vez, mais de metade dos resíduos urbanos produzidos, concretamente 51,3%, e que, conseqüentemente, a fração eliminada em aterro foi menor que a valorizada.

No ano de 2017, a valorização material (reciclagem) e orgânica (compostagem) atingiram no seu conjunto o maior volume de sempre, ou seja 48,6 mil toneladas, o que representa um aumento de 15% relativamente a 2016.

Estes resultados de valorização e eliminação de resíduos urbanos são consequência de uma maior consciencialização das populações, da melhoria da eficiência dos sistemas de recolha, designadamente com o alargamento da recolha seletiva, bem como da entrada em pleno funcionamento dos Centros de Processamento de Resíduos das sete ilhas com menor população e da Central de Valorização Energética da Terceira.

Se em 2016, apenas a ilha das Flores tinha atingido o objetivo de “aterro zero”, em 2017 juntaram-se-lhe as ilhas do Corvo e de Santa Maria com o pleno de valorização.

Assim, um terço das ilhas dos Açores já alcançaram o objetivo de “aterro zero”, onde oito ilhas, com exceção de São Miguel, valorizaram a maioria dos respetivos resíduos urbanos, sendo apenas a ilha de São Miguel a manter o aterro como destino da maioria dos respetivos resíduos urbanos.

No que respeita às metas do PEPGRA, o ano de 2017 destacou-se pela taxa de preparação para a reutilização e reciclagem que se fixou em 36% nos Açores, sendo que a taxa de desvio de resíduos urbanos biodegradáveis eliminados em aterro correspondeu a 63% da quantidade de referência.

De acordo com a Secretária Regional, a evolução registada e, sobretudo, os resultados de 2017 permitem inferir que a Região está em condições de cumprir com as metas definidas para 2020, desde que até lá seja completada a infraestrutura de gestão de resíduos urbanos perspectivada para a ilha de São Miguel.

A governante destacou, ainda, a importância da prevenção, isto é, da redução da produção de resíduos, que tem de estar na linha da frente das políticas públicas e que é fundamental para a alteração de hábitos e para o aumento da consciencialização ambiental, dando nota de que, em 2017, para além da abordagem da problemática dos resíduos nas atividades regulares de educação e sensibilização ambiental, o Governo dos Açores desenvolveu um programa específico de ações orientadas para a redução da produção de resíduos, com destaque para as medidas que visam a redução do consumo de sacos de plástico, aplicadas, numa primeira fase,

iniciada em 1 de abril de 2016, apenas às grandes superfícies comerciais, e que, desde 1 de abril de 2017, passaram a abranger todo o comércio a retalho da Região.

De acordo com a Secretária Regional, por via daquelas medidas, em 2016 e 2017, foram distribuídos nos Açores menos 83,3 milhões de sacos de plástico do que em 2015, retirando do consumo, nesses dois anos, cerca de 541,5 toneladas de plástico. Com base nos dados disponíveis, estima-se que em 2015 cada açoriano consumia, em média, 352 sacos de plástico e que em 2017 esse valor foi de, apenas, 74 sacos, verificando-se uma mudança substancial dos hábitos dos consumidores açorianos, por via da substituição dos sacos de plástico descartáveis por meios alternativos e reutilizáveis de transporte das compras.

A terminar a esta intervenção, a Presidente do CRADS aludiu aos dados referentes à reciclagem de resíduos urbanos de embalagens, no âmbito do sistema integrado de gestão de resíduos de embalagens (SIGRE), nos três primeiros trimestres de 2018, salientando que, entre janeiro e setembro de 2018, as retomas do SIGRE cresceram nos Açores 13,6%, comparativamente ao período homólogo de 2017, passando de 9.192 para 10.439 toneladas, o que faz com que os Açores apresentem a melhor capitação de reciclagem de materiais de embalagem abrangidos pelo SIGRE de todo o país.

Seguidamente, a Presidente do CRADS passou a palavra ao Diretor Regional do Ambiente para a apresentação do Relatório. A apresentação foi feita com recurso a meios digitais, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, seguiu-se um período de debate sobre a matéria em questão.

Tomou a palavra o conselheiro Paulo Barcelos, representante de Os Montanheiros, aludindo ao facto de os quantitativos de resíduos submetidos a valorização energética na ilha Terceira terem sido superior ao valor indicado no relatório, uma vez que a TERAMB recorre a material depositado em aterro e que não foi gerado em 2017.

De seguida o Diretor Regional Ambiente confirmou a informação prestada pelo conselheiro Paulo Barcelos, esclarecendo que na ilha Terceira tem existido uma situação particular que passa pela mineração de resíduos depositados em aterro, ao ponto de, nos últimos anos, terem sido retirada do aterro quantidades de resíduos superiores às que foram depositadas no mesmo ano, salientando que o Relatório em apreciação não reflete esses números, mas tão só os dados referentes à produção de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Foi concedida a palavra à conselheira Carla Dâmaso, representante do Observatório do Mar dos Açores (OMA), que sugeriu que o Relatório pudesse mostrar qual a quantidade de resíduos que

é valorizada na própria ilha e aquela que é enviada para valorização fora, até porque as pessoas não têm ideia que existem custos associados ao envio dos resíduos para fora das ilhas.

A Secretária Regional esclareceu que relativamente a esse ponto importa distinguir os diversos tipos de valorização, considerando que a valorização orgânica (compostagem) é feita na própria ilha, enquanto a valorização material (reciclagem), cuja triagem também é feita na própria ilha, passa pelo envio dos materiais para recicladores fora da Região. Por outro lado, a valorização energética, neste momento no arquipélago, só é feita na ilha Terceira.

A governante aludiu, ainda, ao facto das entidades gestoras de resíduos embalgens pagarem valores de contrapartida pelos materiais encaminhados para reciclagem, bem como o respetivo transporte, o que faz com que, hoje, a gestão de resíduos seja um negócio, onde operam cada vez mais entidades privadas, como é o caso das empresas concessionárias dos Centros de Processamentos de Resíduos.

PONTO CINCO – APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PLANO ESTRATÉGICO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS AÇORES (PEPGRA);

A Presidente do CRADS introduziu este ponto, dando nota de que foi enviada a todos os conselheiros a proposta de Relatório de avaliação intercalar do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA) e o correspondente Relatório de avaliação ambiental, com vista à emissão de parecer, até 20 de novembro, salientando que, sem prejuízo dos pareceres que venham a ser emitidos nesse âmbito, entendeu-se que seria importante submeter o assunto à reunião do CRADS.

Na ocasião, a Secretária Regional salientou o facto de estarem concluídas as obras de selagem e recuperação ambiental e paisagística de todas as lixeiras e aterros não licenciados, no Corvo (incluiu a construção de um aterro para resíduos de construção de demolição), Flores (Lajes e Santa Cruz), Graciosa (Santa Cruz e Portela), Santa Maria, Faial e São Jorge (Velas e Calheta).

Por outro lado, sublinhou que, hoje, estamos colocados perante uma importante mudança de paradigma na economia global e o desafio, assente nos objetivos de desenvolvimento sustentável, passa por implementar modos de produção e consumo que sejam viáveis a longo prazo, onde os resíduos são efetivamente recursos e um exemplo disso é o facto de as estruturas de gestão em alta de resíduos urbanos nos Açores empregarem, atualmente, quase 300 trabalhadores, metade dos quais nas sete ilhas com menor população, e terem gerado, em 2017, um volume de negócios de 10,5 milhões de euros.

Por último, a Secretária Regional sublinhou a importância da prevenção e lembrou que a 9ª Semana dos Resíduos dos Açores decorrerá de 17 a 25 de novembro de 2018 e será dedicada,

tal como a Semana Europeia da Prevenção, à problemática dos resíduos perigosos, bem como que, no mês de novembro, irá ser lançada uma campanha de comunicação direcionada para a redução do uso de plásticos descartáveis, intitulada “Diga NÃO aos plásticos descartáveis” e que contempla uma ação específica de sensibilização para o não uso de palhinhas, bem como para a substituição de palhinhas de plásticos em stock por palhinhas de papel.

Em decorrência, foram exibidos dois vídeos que servirão de suporte às referidas campanhas.

A Secretária Regional passou a palavra à Chefe da Divisão de Resíduos, Dália Leal, para proceder à apresentação do Relatório de avaliação intercalar do PEPGRA.

A apresentação da Chefe de Divisão de Resíduos foi feita com recurso a meios digitais, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

De seguida foram abertas inscrições para pronúncia dos membros do CRADS, tendo usado da palavra o conselheiro Paulo Barcelos que questionou sobre as razões que fazem com que a ilha de São Miguel ainda não tenha avançado com uma solução para o tratamento final dos resíduos, num processo muito discutido durante anos, mas onde depois as coisas não acontecem.

Em resposta, a Secretária Regional informou que a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, através da MUSAMI, optou por construir uma central de valorização energética, tendo o respetivo concurso sido impugnado judicialmente por parte de um dos concorrentes.

PONTO SEIS – APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS LIFE IP AZORES NATURA – PROTEÇÃO ATIVA E GESTÃO INTEGRADA DA REDE NATURA 2000 NOS AÇORES, E LIFE VIDALIA – VALORIZAÇÃO E INOVAÇÃO DIRIGIDOS À AZORINA E AO LOTUS NAS ILHAS AÇORIANAS

Neste ponto da agenda, a Presidente do CRADS começou por aludir aos objetivos de sustentabilidade enunciados no Programa do XII Governo dos Açores, referindo que o valor patrimonial e a sensibilidade dos ecossistemas das áreas protegidas, exigem uma monitorização permanente e um controlo efetivo das principais ameaças, pelo que foram efetuadas candidaturas ao programa LIFE da União Europeia com o objetivo de incrementar o esforço de conservação do património natural, concretamente, um projeto tradicional, o LIFE VIDALIA, já aprovado, e um projeto integrado, o LIFE IP AZORES NATURA, que está em fase de revisão, prevendo-se que seja definitivamente aprovado nas próximas semanas.

A Secretária Regional procedeu, de seguida, a uma apresentação sintética de ambos os projetos.

O Projeto LIFE VIDALIA (Valorização e Inovação Dirigidos à Azorina e Lotus nas Ilhas Açorianas), tem como alvo duas espécies de flora endémica, protegidas pelo Anexo B-II da Diretiva Habitats

e prioritárias para conservação, a *Azorina vidalii* e a *Lotus azoricus*.

O estado de conservação destas espécies foi avaliado em 2013 como Desfavorável-Inadequado para a *Azorina vidalii* e Desfavorável-Mau para a *Lotus azoricus*, seguindo uma tendência negativa, sendo que a *Azorina* está listada como em Perigo pela IUCN.

O objetivo principal do projeto passa por melhorar o estado de conservação das referidas espécies, de “Desfavorável” para uma condição “Favorável”, através da intervenção nos locais onde elas ocorrem, sendo que o projeto se desenvolve em apenas 3 ilhas (Pico, Faial e São Jorge), permitindo a realização de trabalhos de conservação que abrangem todos os sítios das Rede Natura 2000 destas ilhas.

O projeto contribui diretamente para os objetivos da Diretiva Habitats e da Estratégia da Biodiversidade da UE, assim como a implementação do PAF para a Rede Natura 2000 nos Açores, executando ações de conservação *in situ* e *ex-situ* dirigidas para estas espécies prioritárias e restaurando habitats através do controlo de espécies exóticas invasoras e a plantação e estabelecimento de outras espécies nativas, trabalhos que são coordenados pela Direção Regional do Ambiente, enquanto autoridade ambiental e beneficiário principal do projeto, contanto com a AZORINA com beneficiária do projeto, e que envolvem um investimento global de 1,8 milhões de euros, durante 5 anos, de julho de 2018 a junho de 2023.

Por sua vez, em relação ao projeto LIFE IP AZORES NATURA, a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo informou que este abrange 23 Zonas Especiais de Conservação, 15 Zonas de Proteção Especial e 3 Sítios de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000, em todas as ilhas, sendo o maior e mais abrangente projeto de conservação da natureza alguma vez concebido para os Açores.

Através do LIFE IP AZORES NATURA procura-se obter um contributo significativo para a conservação de espécies e habitats protegidos pelas Diretivas Habitats e Aves, tendo como principal objetivo a implementação do Quadro de Ação Prioritária para a Rede Natura 2000 (PAF), apontando para que haja um melhor estado de conservação para 100% dos habitats e para mais de 50% das espécies descritas como em estado desfavorável.

Para atingir os seus objetivos, a estratégia do LIFE IP e os trabalhos previstos baseiam-se numa forte estrutura de parceria abrangendo cinco beneficiários, que são Direção Regional do Ambiente, beneficiário coordenador do projeto, a Direção Regional dos Assuntos do Mar, a AZORINA - Sociedade de Gestão e Conservação da Natureza, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e a Fundación Canaria – Reserva Mundial de la Biosfera La Palma.

As ações concretas de conservação previstas no projeto, abrangem todas as 9 ilhas dos Açores,

concentrando-se em áreas dentro da Rede Natura 2000, onde são necessárias para lidar, por exemplo, com a fragmentação de habitats, o isolamento de pequenas populações de espécies prioritárias, a presença de espécies exóticas invasoras e ameaças às atividades económicas. As ações abrangem uma ampla gama de proteção e conservação, a definição de mosaicos e corredores de relevância ecológica e teste/ demonstração de trabalhos em áreas piloto. De forma a garantir a replicabilidade e transferência eficaz das ações principais, o projeto prevê uma ação piloto com outra autoridade pública da Macaronésia, responsável pela Rede Natura 2000, concretamente da ilha de La Palma, nas Canárias, que irá desenvolver trabalhos de prevenção, controle e erradicação de espécies exóticas invasoras, visando as espécies, que também são uma ameaça nos Açores.

A concluir, a Secretária Regional referiu que o projeto terá uma duração de 9 anos, de janeiro de 2019 a dezembro de 2027, com um orçamento total de 19,1 milhões de euros, prevendo, ainda, a mobilização de cerca de 12 milhões de euros em fundos complementares.

De seguida, foram abertas inscrições para pronúncia dos membros do CRADS.

Começou por usar da palavra o conselheiro Paulo Barcelos, representante de Os Montanheiros, que, referindo-se à área de intervenção do projeto LIFE VIDALIA, uma vez que incidindo sobre a Azorina e o Lotus, e apesar de existirem populações de Azorina em várias ilhas, apenas tem conhecimento da ocorrência de Lotus em duas ilhas, concretamente na Manhêna, na ilha do Pico, e na Ponta do Castelo, em Santa Maria, questionou as razões para a ilha de Santa Maria não estar inserida neste projeto.

A Presidente do CRADS passou a palavra ao Diretor Regional do Ambiente que esclareceu que de início a intenção era que o projeto LIFE VIDALIA abrangesse o Pico e Santa Maria, complementado com a capacidade técnica e a infraestrutura do Banco de Sementes dos Açores, localizado no Jardim Botânico do Faial, mas perante falta de garantias de acesso das equipas de conservação às populações existentes na Ponta do Castelo, em Santa Maria, uma vez que estas ocorrem em propriedade privada, optou-se por não incluir a ilha de Santa Maria, face a eventuais dificuldades ou mesmo a impossibilidade de executar as ações na Ponta do Castelo.

O Diretor Regional referiu, ainda, que a área da Ponta do Castelo e a conservação da respetiva população de *Lotus azoricus* estão abrangidas por ações previstas no LIFE IP AZORES NATURA e que a Direção Regional do Ambiente está empenhada em obter um acordo com os respetivos proprietários, de forma a viabilizar a implementação dos projetos naquela área.

PONTO SETE – ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO RELATIVA AO PROCESSO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DE REABILITAÇÃO PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO

AMBIENTAL ENVOLVENTE AOS FUROS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DE PRAIA DA VITÓRIA, NA ILHA TERCEIRA

A Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Guerreiro, introduziu este tema, lembrando que, para além de competir ao CRADS acompanhar e emitir parecer sobre as questões relacionadas com os recursos hídricos e com a gestão da água, as Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 11/2011/A, de 15 de junho, e nº 20/2015/A, de 12 de junho, preveem que o Governo dos Açores preste informação regular ao CRADS sobre o acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para a melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do concelho de Praia da Vitória.

A governante prosseguiu dizendo que, como é sabido, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) vem desenvolvendo, desde há vários anos, um programa de monitorização da situação ambiental e de acompanhamento dos trabalhos de reabilitação das áreas envolventes aos furos de abastecimento de água do concelho de Praia da Vitória.

Por sua vez, em decorrência de algumas notícias que veiculavam a eventual contaminação radioativa de algumas zonas na ilha Terceira, a Governo dos Açores solicitou ao Laboratório de Proteção e Segurança Radiológica (LPSR) a realização de uma monitorização radiológica, com o objetivo de identificar a presença de radionuclídeos artificiais.

A primeira missão do LPSR decorreu nos dias 8 e 9 de junho de 2017, e uma segunda missão de monitorização radiológica do LPSR foi realizada nos dias 26, 27 e 28 de março de 2018, abrangendo todas as freguesias da ilha Terceira.

A última atualização do relatório do LNEC e os relatórios do LPSR estão publicados no Portal do Estado do Ambiente dos Açores.

De seguida, a Secretária Regional passou a palavra ao Presidente da ERSARA, Hugo Pacheco, para proceder à apresentação do relatório do LNEC, e ao Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge, para apresentar o último relatório do Laboratório de Proteção e Segurança Radiológica.

Ambas as apresentações foram feitas com recurso a meios digitais, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido, ficando as respetivas cópias arquivadas na documentação do CRADS.

De seguida foram abertas inscrições para pronuncia dos membros do CRADS e não havendo inscrições passou-se a ponto seguinte da agenda.

PONTO OITO – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO DE 2017

A Secretária Regional da Energia Ambiente e Turismo, Marta Guerreira, começou por dizer que, no âmbito das competências do CRADS em matéria de recursos hídricos e de gestão da água, traz-se à apreciação o Relatório Anual do Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2017, cuja elaboração e divulgação pretende dar a conhecer a qualidade da água para consumo humano distribuída nos Açores a qualquer entidade ou cidadão, permitindo também avaliar a evolução da situação.

De acordo com a governante, o Relatório contém a análise dos resultados do controlo da qualidade da água para consumo humano realizado pelo conjunto das entidades gestoras da Região e os dados analisados, são respeitantes a análises realizadas na torneira do consumidor ou no ponto de entrega, consoante se trate de entidades gestoras em baixa ou em alta, respetivamente, tendo salientado o facto de nos Açores se registar uma tendência de melhoria do controlo da qualidade da água para consumo humano.

De seguida, a Secretária Regional passou a palavra ao Presidente da ERSARA, Hugo Pacheco, para proceder à apresentação do referido documento.

A apresentação foi feita com recurso a meios digitais, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

De seguida foram abertas inscrições para pronuncia dos membros do CRADS e não havendo inscrições passou-se à discussão do ponto seguinte.

PONTO NOVE – INFORMAÇÃO SOBRE ESTADO DOS PROCESSOS DE ALTERAÇÃO DO PLANO REGIONAL DA ÁGUA (PRA) E DOS PLANOS DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA (POOC), BEM COMO DOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO DOS PLANO DE GESTÃO DOS PARQUES NATURAIS DE ILHA, DOS PLANOS DE AÇÃO DAS RESERVAS DA BIOSFERA E DO PLANO DE AÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO DA RESERVA NATURAL DA LAGOA DO FOGO

A Presidente do Conselho Regional deu início à apresentação do ponto nove da ordem de trabalhos, informando que, pela Resolução do Conselho do Governo nº 86/2018, de 30 de julho, foi determinada a alteração do Plano Regional da Água da Região Autónoma dos Açores (PRA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/2003/A, 23 de abril, com vista a adequá-lo às atuais condições económicas, sociais, culturais e ambientais e ao quadro de planeamento e gestão dos recursos hídricos, a nível europeu, nacional e regional, sem interferir com os princípios e objetivos originários e reafirmando a importância estratégica da água para o desenvolvimento sustentável dos Açores, e que o respetivo processo de alteração será acompanhado por uma Comissão Consultiva.

Por outro lado, deu nota de que, pela Resolução do Conselho do Governo nº 80/2018, de 16 de

julho, foi determinada a alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de São Jorge (POOC São Jorge), aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 24/2005/A, de 26 de outubro, e parcialmente suspenso pelo Decreto Regulamentar Regional nº 14/2015/A, de 12 de agosto, enquanto, pela Resolução do Conselho do Governo nº 81/2018, de 16 de julho, foi determinada a alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha Terceira (POOC Terceira), aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 1/2005/A, de 15 de fevereiro.

A Secretária Regional afirmou que os processos de alteração daqueles dois POOC visam contemplar os aspetos identificados nos respetivos relatórios de avaliação e adequá-los às atuais condições económicas, sociais, culturais e ambientais, dando nota de que, nos próximos dias 5 de novembro, em São Jorge, e dia 6 de novembro, na Terceira, serão realizadas as primeiras reuniões das respetivas Comissões Consultivas.

Relativamente aos processos de elaboração dos Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e dos Planos de Ação das Reservas da Biosfera dos Açores, determinados pela Resolução do Conselho do Governo nº 65/2017, de 22 de junho, a Secretária Regional informou o CRADS que os mesmos estão a decorrer com algum atraso relativamente ao previsto, dada a complexidade das tarefas, mas que estes devem ficar concluídos durante o ano de 2019. Destacou, ainda, o facto de o grupo de trabalho de acompanhamento dos processos de elaboração já ter reunido uma vez, prevendo-se que volte a reunir de novo no primeiro semestre do próximo ano.

Por último, a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo referiu-se à Resolução do Conselho do Governo nº 82/2018, de 16 de julho, que determina a elaboração do Plano de Ação para a Conservação da Reserva Natural da Lagoa do Fogo, na ilha de São Miguel, visando a conservação de habitats naturais e de espécies que ocorram na área protegida, informando que já foi constituída a equipa técnica que, no âmbito da DRA, procederá à elaboração do referido Plano de Ação e que, no início de 2019 deverá ser realizada a primeira reunião do grupo de trabalho que acompanhará o processo de elaboração.

De seguida foram abertas inscrições para pronuncia dos membros do CRADS e não havendo inscrições passou-se ao ponto seguinte.

PONTO DEZ – APRESENTAÇÃO DOS PRÉMIOS «ESPÍRITO VERDE»

A Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Guerreiro, introduziu este ponto da agenda, informando que os prémios «Espírito Verde» foram criados pela Resolução do Conselho do Governo nº 79/2018, de 16 de julho, com o objetivo de evidenciar o compromisso ambiental e premiar empresas, instituições e personalidades que se distingam nos Açores pelas boas práticas ambientais, bem como na investigação, ativismo, voluntariado e mecenato

ambientais, sendo atribuídos, anualmente, em 5 categorias: Recursos Naturais e Qualidade Ambiental; Investigação e Desenvolvimento; Economia Circular, Verde e Azul; Educação, Comunicação e Voluntariado; e Personalidade ou Instituição.

A Secretária Regional informou, ainda, que o Júri dos prémios é constituído por cinco painéis de jurados, um por cada categoria, compostos por três membros, de entre personalidades de reconhecida idoneidade intelectual e credibilidade técnica, científica ou profissional nas áreas relacionadas com as respetivas categorias, tendo sido nomeadas as seguintes personalidades:

- Categoria Recursos Naturais e Qualidade Ambiental: Rosalina Gabriel, José Virgílio Cruz e Paulo Barcelos;
- Categoria Investigação e Desenvolvimento: Hélder Silva, Maria Teresa Tiago e Diogo Caetano;
- Categoria Economia Circular, Verde e Azul: Fernando Lopes, Gabriela Queiroz e Carla Dâmaso;
- Categoria Educação, Comunicação e Voluntariado: Ana Paula Marques, Paulo Simões e Ana Carvalho;
- Categoria Personalidade ou Instituição: Gilberta Rocha, José Lourenço e Rui Coutinho.

Prosseguindo, a Presidente do CARDS informou que ao vencedor de cada categoria é atribuído um galardão, em cerimónia que se realizará no Dia Mundial do Ambiente, como forma de evidenciar o papel dos cidadãos enquanto parte integrante e determinante do desenvolvimento sustentável dos Açores.

A terminar, lembrou que as candidaturas ainda se encontram abertas até ao final do mês de outubro, havendo ainda mais uma semana para se promoverem os prémios, assegurando o máximo de candidaturas possível.

De seguida, foram abertas inscrições para pronúncia dos membros do CRADS, onde tomou a palavra o Diretor Regional do Ambiente para dar nota de que, até àquele momento, existiam sete candidaturas, sendo que na categoria Personalidade ou Instituição não fora, ainda, apresentada qualquer candidatura.

PONTO ONZE – OUTROS ASSUNTOS

Entrados no último ponto da agenda, a Presidente colocou à consideração dos membros do CRADS a eventual abordagem de outros assuntos de interesse, considerando a atualidade das questões e as competências do conselho.

Neste contexto, usou da palavra o conselheiro Paulo Barcelos, da associação Os Montanheiros, para colocar duas questões. Uma relativa à alteração ao diploma do CRADS alegando que foi

confrontado com um pedido de parecer e que não tinha conhecimento de haver a intenção de alterar o diploma, considerando que, apesar de as alterações virem melhorar o modo de funcionamento do CRADS, a mesma deveria ter sido, em primeiro lugar, discutida internamente no CRADS. A segunda questão teve a ver com o Encontro de Educação Ambiental e a maneira como está estruturado, referindo que a realização em duas ilhas com acompanhamento por videoconferência prejudica a dinâmica, para além de alguns problemas técnicos relacionados com a qualidade do som, e, por outro lado, que a entrega das credenciais deveria ser feita antes do início do evento e que se deveria refletir sobre os horários que consideram não serem os mais adequados.

Neste ponto da agenda, usou, também, da palavra o conselheiro João Medeiros, representante da Azulinvade, para referir-se às descargas que ocorreram na baía de Angra do Heroísmo, sendo que, durante quase um mês, todo o esgoto da cidade correu diretamente para o mar, sem haver uma contenção de sólidos, no que consideram uma questão grave de saúde pública.

O conselheiro referiu, ainda, que a Azulinvade tem imagens dessas descargas e que fez denúncias a todas as instituições regionais, para além de ter mantido uma reunião com a Direção Regional do Ambiente.

Por último, o conselheiro João Medeiros referiu que a atividade balnear na praia só foi interdita em consequência da denúncia da Azulinvade, tendo questionado se há conhecimento de situações semelhantes em outras cidades ou ilhas da Região.

De seguida usou da palavra o conselheiro Pedro Rosa, representante da GNR, para falar da atividade do SEPNA, salientando que houve um reforço de efetivos a nível nacional e que os Açores também tinham sido contemplados e que, neste momento, todas as ilhas estão dotadas com efetivos devidamente formados.

Prosseguindo, o representante da GNR informou que, desde 1 de janeiro e até 19 de outubro, efetuaram 1.700 patrulhas na área do ambiente, envolvendo 3.200 militares e cerca de 98 mil quilómetros percorridos nas ilhas. Deu nota, ainda, que a GNR através de um projeto da União Europeia vai dar formação na área do ambiente em África, disponibilizando-se para numa próxima reunião do CRADS fazer uma breve apresentação do que foi realizado nesses países.

Neste ponto, usou, também, da palavra a conselheira Ana Carvalho, representante da associação GÊ-Questa, para questionar a razão de na proposta de alteração do diploma do CRADS se fazer referência a um representante da GNR, quando na anterior era especificado que se tratava de um representante do SEPNA.

Para responder às questões colocadas usaram da palavra a Presidente do CRADS, o Diretor

Regional do Ambiente e o Inspetor Regional do Ambiente.

A Secretária Regional começou por dizer, em relação à alteração do diploma do CRADS, que, de acordo com a informação de que dispõe, este assunto terá sido abordado em reunião do CRADS na anterior legislatura, sendo que o que se pretende é abrir o Conselho ainda mais e permitir que os cidadãos que não tem acesso a este tipo de fórum possam trazer ao CRADS os seus contributos, seja presencialmente ou fazendo sugestões de temas para a agenda das reuniões.

Relativamente ao Encontro de Educação Ambiental, a Secretária Regional considerou que as questões colocadas pelo conselheiro Paulo Barcelos são muito pertinentes, comprometendo-se a avaliá-las, sendo evidente que a distância e as falhas técnicas criaram alguma desordem no processo, embora este modelo tenha sido definido para diminuir os encargos com deslocações e estadas dos participantes. Quanto aos horários, o objetivo foi não colidir com o período letivo e assegurar o número de horas suficientes para que sejam consideradas horas de trabalho efetivo dos professores.

Quanto à questão colocada pelo representante da Azulinvade, o Diretor Regional do Ambiente esclareceu que as descargas que ocorrem em Angra com alguma regularidade na zona da Prainha estão relacionadas com problemas na ligação da estação elevatória do pátio da alfandega em circunstâncias em que as condutas não suportam todos os caudais, nomeadamente em situações de maior pluviosidade, fazendo com que a estação não tenha capacidade para efetuar a bombagem das águas residuais no sentido da ETAR, acrescentando que a informação disponibilizada pela Câmara Municipal é de que este problema será minorado ou mesmo resolvido com a intervenção que está a ser feita junto à Praça de Touros.

O Diretor Regional disse, ainda, que o problema da qualidade da água na zona balnear é uma questão que ultrapassa as competências da Direção Regional do Ambiente e da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, e que todas as participações recebidas, seja diretamente seja através da linha SOS Ambiente e do portal NA MINHA ILHA, foram encaminhadas para as entidades competentes, designadamente a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a Direção Regional dos Assuntos do Mar.

Por outro lado, o Diretor Regional do Ambiente referiu que o tratamento e transporte de sólidos ou resíduos associados ao transporte hídrico até ao mar vai muito para além daquilo que é a abrangência dos sistemas de tratamento de águas residuais existentes na Região, desde logo por aquilo que é transportado através da extensa rede hidrográfica, bem como pelo facto de algumas das zonas urbanas das nossas ilhas não disporem de sistema público de tratamento de águas residuais. Nas principais zonas urbanas, sobretudo nas cidades, existe tratamento público

de águas residuais e todos esses sistemas têm associadas estações de tratamento, sendo que, apesar de umas funcionarem melhor do que outras, a Direção Regional do Ambiente não tem conhecimento de outras situações semelhantes à ocorrida na baía de Angra do Heroísmo.

O Inspetor Regional do Ambiente, Francisco Medeiros, usou da palavra para informar que a Inspeção Regional do Ambiente recebeu várias denúncias dessa situação, tendo elaborado um auto de notícia e recebido outro da Polícia Marítima, os quais estão neste momento em instrução, de forma a serem apuradas eventuais responsabilidades.

De seguida, a Presidente do CRADS agradeceu a informação prestada pelo representante da GNR e esclareceu, quanto à questão colocada pela conselheira Ana Carvalho, que a alteração de designação visa apenas a uniformização da referência à GNR com o que ocorre com as outras entidades.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do CRADS agradeceu a colaboração de todos os conselheiros e o empenho colocado na apreciação das questões apresentadas e, atendendo que a reunião se realizou no espaço renovado da Fábrica da Baleia de Porto Pim, convidou todos os conselheiros a efetuarem uma visita às instalações da fábrica.

Quando eram catorze horas e trinta minutos, deu por encerrada a reunião, tendo sido lavrada a presente ata que eu, Patrícia Alexandra Marques Morais, na qualidade de secretária-geral, redigi e subscrevo:

Patrícia Alexandra Marques Morais

Aprovada, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezanove.

A Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo

Marta Isabel Vieira Guerreiro